

O ASCENSO DA CHINA E O SISTEMA MUNDIAL: RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO, FUTURO COMPARTILHADO OU BIPOLARIZAÇÃO INTERIMPERIALISTA?^{1 2}

The rise of China and the world system: cooperative relations, shared future or inter-imperialist bipolarization?

Jorge Almeida
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Informações do artigo

Recebido em 16/05/2022

Aceito em 19/07/2022

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p109-130>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Como ser citado (modelo ABNT)

ALMEIDA, Jorge. O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista? **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 109-130, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p109-130>

Resumo

O objetivo deste ensaio é a discussão dos impactos da emergência chinesa no cenário mundial. Em especial discutimos as relações que a China constrói com os países dependentes e levantamos hipóteses de investigação sobre as relações atuais entre as grandes potências. No sentido ilustrativo, faremos referências particularmente à América do Sul. Trabalhando com um referencial marxista, a hipótese apresentada é de que as relações construídas entre a China e os países dependentes vêm se afirmando como uma relação centro-periferia ou imperialismo-dependência e que, em nível global, vem se consolidando uma bipolarização interimperialista.

Palavras-Chave: Emergência da China; imperialismo-dependência; bipolarização interimperialista; sociedade harmônica; futuro compartilhado.

Abstract

The purpose of this essay is to discuss the impacts of the Chinese emergence on the world scenery. In particular, we discuss the relations that China builds with dependent countries and bring up research hypotheses on current relations between the great powers. In the illustrative sense, we will refer particularly to South America. Using a Marxist reference, a hypothesis presented is that the relations built between China and the dependent countries have been asserting themselves as a center-periphery or imperialism-dependence relationship and that, on a global level, an inter-imperialist bipolarization has been consolidating.

Keywords: China's Emergence; imperialism-dependence; inter-imperialist bipolarization; harmonic society; shared future.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na mesa do Pré-ALAS 2022, Painel 3: "El ascenso de China y el sistema mundial: El nuevo imperialismo o la emergencia del Sur Global". Ponentes: Elias Jabbour (UERJ), Francesca Staiano (Universidad de La Plata), Javier Vadell (PUC-MG), Jorge Almeida (UFBA) y Valeria Ribeiro (UFABC). Debatedor: Pedro Vieira (UFSC). <https://www.youtube.com/watch?v=Uw4VPgtE5uc>.

² Este artigo beneficiou-se parcialmente das pesquisas e discussões realizadas pela equipe de pesquisa de PIBIC sobre presença da China na América do Sul, do Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia, que tem a participação dos graduandos em Ciências Sociais da UFBA: Jorge Antonio da Paz Ribeiro, Fernanda Barretto de São Pedro e Marlon Alberto Rodriguez Rojas e da mestranda do PPGCS-UFBA Andrea Ribeiro como tutora e o autor deste ensaio como orientador.

INTRODUÇÃO

Este ensaio visa discutir, de modo panorâmico, os impactos do ascenso chinês no mundo, em especial as relações que a China constrói com os países dependentes, assim como levantar hipóteses de investigação sobre as relações atuais entre as grandes potências. No sentido ilustrativo, faremos referências particularmente à América do Sul.

Historicamente, desde a época do colonialismo, Espanha e Portugal, principalmente, mas também Holanda, França e Inglaterra estiveram presentes no nosso subcontinente.

Após o fim da colonização espanhola e portuguesa, a Inglaterra se impôs sem intermediários e o colonialismo foi substituído pelo neocolonialismo, pois a independência política formal dos países não rompeu as relações econômicas do tipo colonial e a interferência política ou político-militar.

Os Estados Unidos (EUA), nascente potência no Norte, intervieram supostamente em defesa dos povos latino-americanos, combatendo a colonização europeia com o famoso discurso da chamada doutrina Monroe (1823), de “América para os americanos”, mas procurando fazer uma reserva de mercado de área de influência para sua própria expansão, do Ártico à América do Sul. Objetivo que ficou melhor explicitado no discurso de posse do presidente dos EUA James Bucharam (1857), que ficou conhecido como “Destino Manifesto”³.

Recentemente, o atual presidente dos EUA, Joe Biden, tentando melhorar sua imagem, só reafirmou as pretensões ao dizer que a América Latina e o Caribe não eram o “quintal”, mas o “jardim da frente” dos EUA⁴.

Do neocolonialismo, passamos ao estágio imperialista do capitalismo (LENIN, 2008). Por aqui, impuseram-se principalmente os Estados Unidos como antes se impuseram, principalmente, Portugal, Espanha e Inglaterra, como regra geral utilizando-se de diversos recursos políticos, econômicos, tecnológicos, diplomáticos e militares. No caso dos Estados

³ A busca desse “destino” por toda a América e, particularmente no Brasil, foi bem trabalhada por Muniz Bandeira (2007).

⁴ Biden: EUA não ditam o que acontece na América do Sul e região não é 'quintal' norte-americano <https://br.sputniknews.com/20220120/biden-eua-nao-ditam-o-que-acontece-na-america-do-sul-e-regiao-nao-e-quintal-norte-americano-21100808.html>

Unidos, mesmo sem ter tido colônias formais e sem impedir de modo absoluto que outras potências imperialistas estivessem secundariamente presentes na região, como a Inglaterra, a França, a Alemanha e, mais tarde, o Japão.

A partir do início do terceiro milênio, e de sua admissão na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China amplia progressivamente sua presença na América do Sul. Chega quando o capital, na sua nova fase de imperialismo globalizado (BORON, 2005), atingiu todos os recantos do planeta, inclusive o Leste Europeu, a ex-URSS e a própria República Popular da China (RPC), histórico Império do Meio.

TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO E DO IMPERIALISMO

O capitalismo foi chegando em cada país do mundo de modo desigual e se combinando com as características particulares pré-existentes, econômicas, políticas, étnico-raciais, naturais, geográficas, enfim, culturais.

Chega combinando-se com as mais diversas, antigas ou recentes, experiências civilizatórias, seus avanços tecnológicos e desenvolvimento das forças produtivas. Nesse processo histórico e dialético de combinação de elementos objetivos e subjetivos, o capitalismo construiu diversas formações sociais com características nacionais, todas elas, entretanto, capitalistas. Ou seja, a base de todas essas formações sociais particulares, singulares e diferenciadas é o modo de produção capitalista. Modo de produção que, desde as décadas finais do século XIX até os nossos dias, vem transitando por fases imperialistas diferentes (LENIN, 2008; BORON, 2005; CHESNAIS, 2007).

O imperialismo é um sistema de relações econômicas e políticas, empresariais e interestatais, que nasce da própria competição entre países e grandes empresas, a partir do momento que chegam à fase do capitalismo monopolista. O processo de monopolização leva, necessariamente, a uma expansão extranacional das empresas, com respaldo de seus estados, que se impõem economicamente e, quando necessário, com a força militar. É, portanto, mais de um século de transformações econômicas, políticas, econômicas e

revoluções tecnológicas⁵. Passamos do liberalismo ao keynesianismo, ao neoliberalismo e, ao que parece, agora, a um “neokeynesianismo”. De um capital financeiro mais ligado e “fundido” à produção (LENIN, 2008) ou mais livre, especulativo e fictício, a partir da década de 1970 (CHESNAIS, 1996 e 2018; BALANCO, 2017). Que também transitou da hegemonia da libra esterlina inglesa para o dólar estadunidense, como referencial monetário mundial, especialmente a partir do acordo de Breton Woods (1944), mas continuando mesmo depois que os EUA romperam, unilateralmente, o acordo em 1971, com o fim da conversibilidade dólar-ouro (SOUZA; BARROSO, 2013).

É mais de um século de imperialismo, onde ocorreram também revoluções nacionais, populares, anti-imperialistas e de sentido socialista, que acabaram tendo seu curso de transição interrompido e retrocedido, sendo a China um exemplo desse processo. Assim sendo, várias mudanças aconteceram na ordem mundial sob o signo do imperialismo.

A China avança na América Latina, e no subcontinente sul-americano em particular, quando o imperialismo começa a transitar para um novo momento, para uma nova ordem imperialista. Sendo que a RPC, ao se converter ao capitalismo e se tornar uma grande potência, será, dialeticamente, resultado e sujeito desse processo.

Quando alcançou o capitalismo monopolista, decorrência esperada das reformas de mercado que começaram a ser feitas a partir do final da década de 1970, a tendência seria mesmo se estender e se expandir no sentido imperialista. Pois essa é a lógica e a tendência do desenvolvimento capitalista, como já dizia Vladimir Lenin (2008), em 1916, partindo das concepções já presentes na obra do próprio Marx em seus estudos do capitalismo e de outros estudiosos (marxistas ou não) daquele fenômeno.

Nascido na europeia Inglaterra, o capitalismo industrial foi aos Estados Unidos da América e ali passou por transformações tecnológicas estruturais e estruturantes, especialmente uma nova e revolucionária organização do trabalho que ficou conhecida como “fordismo”.

Lembrando Gramsci (2001), aquelas transformações se tornaram também superestruturantes. Pois o fordismo promoveu, desde o chão da produção fabril, uma nova

⁵ Retomaremos a questão do imperialismo no decorrer deste ensaio.

sociabilidade e cultura e, assim, uma nova formação social singular dentro dos próprios Estados Unidos e alterações econômicas e culturais no modo de produção capitalista em geral, com vocação hegemônica, pois as novas formas de produção acabariam tomando conta da Europa e do mundo e impulsionando mudanças nas formações sociais capitalistas, ainda durante a segunda revolução industrial, até a segunda guerra e mesmo depois disso. Então, foi o capitalismo industrial, nascido na Europa e exportado para os EUA, que voltou a ela com o *upgrade* do fordismo/americanismo.

Mutatis mutantis, processo semelhante ocorreu com o capitalismo fordista, que chegou ao Japão promovendo mudanças produtivas e culturais e, após a crise desse modelo de acumulação (DRUCK, 1999; ANDRADE, 2000), voltou ao Ocidente e se espalhou por outras regiões, inclusive da Ásia e da América do Sul, na forma de toyotismo e sua acumulação flexível. Era o final dos anos 1970 e momento do desenvolvimento da 3ª Revolução Industrial (também chamada de “Revolução Tecnocientífica”), das reformas neoliberais, da financeirização especulativa e da chamada globalização ou mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Essa convergência de fatores colocou o Japão como uma das grandes potências imperialistas modernas, que chegou a parecer um desafiante da hegemonia dos EUA. O toyotismo nasceu, portanto, no alvorecer da crise estrutural do capitalismo, que surge na década de 1970 (MÉSZÁROS, 2002).

A ASCENSÃO CHINESA

A partir das reformas pró-mercado, que começaram a ser realizadas no final da década de 1970, a China utilizou diversos regimes de acumulação capitalista. E utilizou-os concomitantemente, de forma pragmática, a depender das características específicas locais, regionais e setoriais e outras particularidades do país, de modo desigual e combinado. Assim, a China ascendeu economicamente utilizando formas de organização do trabalho e tecnologias tradicionais, coexistindo com outras avançadas e importadas e, num segundo momento, desenvolvendo-as internamente de modo inovador. Além disso, essas novas tecnologias se disseminam no momento em que a flexibilização do trabalho continuava avançando em todo mundo e, inclusive, de modo profundo, na própria China, a partir do final da década de 70, onde praticamente todos os direitos trabalhistas, instituídos após a

conquista do poder em 1949, foram quebrados para permitir grande liberdade para a acumulação e reprodução capitalista (SOUZA, 2018).

A China tem uma história civilizatória gloriosa. Uma grande história econômica, política, filosófica, científica, militar e cultural, tendo sido vanguarda tecnológica na sua época de Império do Meio (FRANKOPAN, 2015). Mas, como toda civilização histórica, era uma civilização dividida em classes, uma sociedade de exploração, dominação e opressões e, no caso chinês, também de hierarquia política. Independentemente, portanto, de todas as conquistas civilizatórias maravilhosas, as heranças históricas da China incluem também a polarização de classes e o autoritarismo. Apesar do discurso oficial dos grupos dominantes de várias épocas, o Império do Meio não foi uma sociedade harmônica.

Depois disso, houve o “século das humilhações” (1839-1949), com a dominação colonial e semicolonial, principalmente inglesa, e, em seguida, uma Revolução Popular anti-imperialista, antilatifundiária e com um sentido democratizante e perspectiva anticapitalista e socialista, que promoveu uma série de conquistas revolucionárias, nos mais diversos campos da vida sociocultural. Destacamos a construção da soberania do estado nacional e dos alicerces (econômicos, infraestruturais, sociais, das forças produtivas, da defesa nacional e da cultura) para todo o processo de desenvolvimento econômico que veio se dar depois disso (SOUZA; ALMEIDA, 2021). Incluindo, paradoxalmente, as condições para o vigor do crescimento econômico que veio acontecer a partir das reformas pró-mercado e da conversão ao capitalismo, iniciadas após a morte de Mao Tsé-Tung, no final da década de 1970.

A China tem hoje o primeiro PIB mundial de acordo com os critérios do Banco Mundial e o segundo de acordo com os critérios do FMI. Tem o primeiro PIB industrial, sendo cerca de 79% originado do setor privado (SOUZA, 2018). É o primeiro país exportador do mundo e o segundo importador de mercadorias. E sua exportação de capitais tem crescido sistematicamente nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, em 2021, em plena pandemia e apesar dos bloqueios e banimentos patrocinados pelos EUA, foi o maior importador de capitais do mundo. Pois continua sendo um espaço plenamente lucrativo para os capitais privados estrangeiros que lá se estabelecem. Disputa hoje a vanguarda da revolução tecnológica da chamada indústria 4.0 (MAJEROWICZ, 2020). E começa a questionar, com o yuan competindo com o dólar, a

hegemonia da principal moeda mundial de reserva, sendo este, entretanto, um processo ainda inicial. A China hoje é a terceira potência militar, tem o segundo orçamento militar e tem investido muito no setor bélico, especialmente na modernização de suas forças armadas, em todos os setores (ALMEIDA 2015).

A China acabou com a miséria, ou seja, não há população vivendo abaixo da linha da pobreza. Considerando seus próprios dados oficiais, conseguiu colocar 400 milhões de pessoas na classe média. Portanto, ainda existe cerca de um bilhão de pessoas vivendo condições de pobreza.

Sem dúvida, essa é uma conquista importante. Mas, a concentração de riqueza é brutal, pois apenas 1% das pessoas concentram 30% da riqueza na China, o que representa 14 milhões de pessoas super ricas⁶. Ademais, segundo a Forbes, em 2022 existem 539 bilionários na potência asiática, que somam 1,96 trilhões de dólares de riqueza acumulada. Além destes, existem milhares de multimilionários e centenas de milhares de milionários⁷.

Quanto aos direitos sociais, apenas pouco mais de 20% dos chineses têm previdência e a maioria dos que têm é na forma de “capitalização”. Como regra geral, menos de 20% dos chineses têm os seguintes direitos: direitos trabalhistas em geral, seguro doença, seguro de acidente do trabalho, seguro desemprego, seguro maternidade (SOUZA, 2018).

O direito de greve está proibido desde 1982, mas, mesmo assim, é um país onde tem ocorrido uma grande quantidade de greves. Isso acontece porque existe uma forte exploração. Portanto, apesar de ilegais, as greves são admitidas até certos limites economicistas, corporativistas e locais.

A China avançou em política sanitária, como ficou evidente em sua capacidade de controlar a pandemia do coronavírus, mas não há atendimento de saúde público, gratuito e universal. As pessoas têm que apelar para planos de saúde privados, pagar os atendimentos, fazer empréstimos ou pedir ajuda de familiares. A universidade pública é paga e as desigualdades regionais continuam muito fortes. Há, ainda, uma maior exploração dos

⁶ Um rico trabalho sobre desigualdade e pobreza na China está em SANTOS (2021).

⁷ Os bilionários chineses da lista da Forbes 2022. <https://china2brazil.com.br/os-bilionarios-chineses-da-lista-da-forbes-2022/>

imigrantes internos, ou seja, dos próprios chineses que se deslocam do interior para os centros urbanos principais e não possuem um passaporte interno chamado *hukou*⁸.

A maioria das grandes empresas estatais são mistas e estão na bolsa de valores. A participação de capitais privados nacionais e estrangeiros, inclusive nos bancos estatais, pode se fazer até o limite legal de 25%. Portanto, os banqueiros estrangeiros participam, de algum modo, da gestão dos bancos.

Os bancos e as empresas estatais em geral continuam tendo um peso fundamental na vida econômica e política, agem dentro de um plano estatal, mas têm que atuar nos limites da lógica do mercado capitalista e esta lógica se faz presente no plano estatal. Como estão em bolsas de valores, têm que atender à lógica do mercado dos investidores capitalistas nacionais e estrangeiros. Ou seja, precisam garantir a lucratividade capitalista.

Assim, fazemos a seguinte pergunta: como pode uma sociedade com tal exploração, polarização e desigualdade social, com um regime de partido-estado autoritário para com os trabalhadores, construir uma relação “cooperativa”, “harmônica”, “equilibrada” e de “destino comum” com outros países, sejam os do centro imperialista ou da periferia dependente do capitalismo?

A CHINA NA AMÉRICA DO SUL

Para contextualizar um pouco as relações da China com a periferia do capitalismo, citamos alguns exemplos da América do Sul. Além da unidade geográfica, em termos bem abrangentes, o subcontinente tem raízes históricas semelhantes, mas há diversas particularidades desses países e muitas diferenças históricas, políticas, no desenvolvimento das forças produtivas, nas relações econômicas, culturais, geográficas e ambientais, assim como da resistência histórica, indígena, negra, popular e nacional (BOMFIM, 1997; MARIÁTEGUI, 2004; BAMBIRRA, 2013; RAMOS, 2012).

⁸ Passaportes internos impõem custo alto a milhares de migrantes dentro da China. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/governo-amplia-isencao-de-impostos-a-pastores-em-meio-a-campanha-que-mira-evangelicos.shtml>

Há uma significativa diversidade política e ideológica das elites governantes, tanto na história como na atualidade desses países. No entanto, como regra geral, estão quase todas a serviço de frações da classe dominante⁹. São diferenças significativas, tanto em termos de política econômica como diplomática entre os países da América do Sul entre si e com outros países, especialmente em relação os Estados Unidos. Há, inclusive, conflitos entre vários desses países entre si. Entretanto, há um padrão entre eles: todos são países dependentes, apesar de, historicamente, terem se constituído em graus diferenciados de dependência (BAMBIRRA, 2013).

Mas, também há um padrão geral na relação entre esses países e a China (ALMEIDA; RIBEIRO, 2021). Qual é o padrão? A China é, para eles, como regra geral, o primeiro ou segundo parceiro comercial e também grande exportador de capitais, seja como investimentos diretos na forma *brownfield* (aquisição de empresas já existentes, estatais ou privadas) ou *greenfield* (novos empreendimentos) e financiamentos.

O intercâmbio é desigual¹⁰ e a presença da China, exportando mercadorias industrializadas mais sofisticadas em troca de bens primários e fazendo investimentos diretos, acaba estimulando a privatização, a desindustrialização e a dependência e reforçando o neoextrativismo, a destruição ambiental e a precarização do trabalho.

Além disso, tem contribuído para provocar o enfraquecimento das relações entre os próprios países da América do Sul entre si, por causa do que suas frações dominantes consideram relações mais vantajosas, pelo menos do ponto de vista pragmático e imediatista, com a China. É o que vem acontecendo, particularmente no Mercosul, onde Brasil e Argentina eram os principais parceiros comerciais mútuos e, agora, o principal parceiro de ambos é a China (ALMEIDA; RIBEIRO, 2021).

Na Venezuela, duramente bloqueada pelos EUA, o principal parceiro econômico é a China. Na Colômbia, país em permanente conflito com o vizinho e onde existem sete bases militares dos EUA, a China é o segundo parceiro e sua classe dominante pressiona por aprofundar estas relações. No Chile, onde, nas últimas décadas, houve revezamento de

⁹ Como referência de como entendemos a diferença entre “classe” e “elite” dominantes, ver MILIBAND (1982).

¹⁰ Sobre intercâmbio desigual, ver MARINI (2011).

governos da Democracia Cristã, do Partido Socialista e da direita liberal, a relação com a China vai sempre avançando e sendo praticamente uma política de estado.

Isso ocorre porque há uma aceitação e desejo das classes dominantes e das elites nacionais desses Estados de manterem uma boa relação com a China, ampliando o comércio e a importação de seus capitais.

O que é que contribui para a reprodução de tudo isso? É o famoso *win-win*, o ganha-ganha. O discurso oficial chinês e de quem realiza negócios com a China é de que são relações econômicas complementares, onde as duas partes saem igualmente ganhando (XI, 2014). Mas, o que é mesmo o ganha-ganha, onde as duas partes sairiam ganhando?

De outra forma, quem realmente ganha nesse “ganha-ganha”? Evidentemente, do lado chinês ganham as empresas chinesas, privadas ou estatais, e o próprio estado chinês. Tanto nos interesses comerciais imediatos quanto do ponto de vista estratégico, porque são relações assimétricas. Em termos de valor tecnológico agregado, contribuem para produção, em maior escala e melhor competitividade, das empresas chinesas, que são as que fazem os investimentos diretos estratégicos na periferia, inclusive utilizando tecnologias mais avançadas, o que contribui para o seu próprio desenvolvimento tecnológico. É o caso da América do Sul, mas pode ser, por hipótese, de alguma forma estendido às relações da China com outros países da periferia dependente do capitalismo.

Do lado do chamado “Sul Global”, quem ganha? Ganham as classes dominantes locais e grandes empresas estrangeiras aqui presentes, porque são elas que fazem comércio e são elas que desejam os investimentos chineses (ou de outras origens) para facilitar seus próprios investimentos e aumentar sua produtividade e lucratividade.

Então, de modo geral, não há uma “cooperação” e sim um comércio de interesse mútuo entre a China e seus empresários e as classes dominantes da América do Sul em geral. Apesar dos prejuízos que essas relações promovem, como foi citado acima, reproduzindo a superexploração do trabalho (MARINI, 2011) e a dilapidação do meio ambiente e de nossos recursos naturais.

Então, o que podemos identificar é que as relações da China com os países da periferia seriam muito melhor caracterizadas como relações Norte-Sul (ALMEIDA; RIBEIRO, 2021) ou

centro-periferia. Não somente no sentido geográfico, mas também no sentido de dominantes e dominados, ou seja, uma relação imperialismo-dependência.

Esse tipo de relação pode ser explicado pela teoria marxista do imperialismo que, no essencial, continua válida, apesar de todas as mudanças que o imperialismo sofreu desde 1916 (LENIN, 2008) ou com base na Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2011) e suas atualizações (OSORIO, 2012 e 2015).

As classes dominantes da América do Sul são, historicamente, associadas de modo subordinado ao imperialismo (BAMBIRRA, 2013). Mas, a realidade está nos mostrando que elas também querem escolher com qual país e empresas imperialistas preferem se relacionar. Com quais capitais monopolistas querem se associar, de quem querem ser subordinadas. Enfim, não estão fazendo automaticamente tudo o que a CIA e o Pentágono querem, pelo menos nos últimos anos.

Um exemplo muito importante do que afirmamos acima foi a implantação da tecnologia da internet 5G. O Brasil é, certamente, o único país importante no mundo, que tem um governo de extrema-direita, com um discurso antichinês explícito, patrocinado inclusive pelo presidente neofascista, que não baniu a chinesa Huawei da Internet 5G. Apesar de todas as pressões da CIA, do Pentágono, dos governos dos presidentes Trump e Biden (ALMEIDA; BRITO, 2021).

E por que isso aconteceu? Porque a classe dominante no Brasil quer manter boas relações com a China, quer o *win-win*. Na contínua reprodução da subordinação e dependência, a classe dominante local coloca em prática suas preferências. Mesmo que seja ao custo de nossa dependência nacional estrutural.

SOCIEDADE “HARMÔNICA” OU BIPOLARIZAÇÃO INTERIMPERIALISTA?

Então, é preciso discutir como seria possível, a partir de uma realidade econômica e social desse tipo, construir relações harmônicas na relação com outros países.

Existem hoje diversas análises diferenciadas sobre o contexto das relações internacionais, inclusive do campo dos estudiosos sobre a China e numa perspectiva crítica ao imperialismo dos EUA. Desde aquelas que identificam uma perspectiva de “caos” na

“ordem mundial” até aqueles que acreditam na possibilidade de uma nova ordem mundial multipolar e harmônica.

Este último, é o discurso que a China tem feito e que, junto com Rússia, voltou a colocar, publicamente, em sua recente declaração conjunta, na abertura dos XXIV Jogos Olímpicos de Inverno, realizado em Pequim. Entre outras questões, afirmaram que “The sides support and defend the multilateral trade system based on the central role of the World Trade Organization (WTO), take an active part in the WTO reform, opposing unilateral approaches and protectionism”¹¹.

Mas seria possível uma sociedade mais igualitária, equilibrada, harmônica e multilateral na vigência do capitalismo e do imperialismo? Ou estamos vendo o avançar de uma radicalização do processo de bipolarização interimperialista, tendo, de um lado, um bloco dirigido pelos Estados Unidos e seus aliados europeus, o Japão e outros e, do outro lado, a China em aliança com a Rússia e outros? Não seria uma bipolarização imperialista, uma nova guerra fria, que vem avançando nos últimos anos, especialmente a partir da crise de 2008?

A perspectiva apresentada pelos chineses provavelmente tem uma inspiração na concepção de harmonia confuciana, mas se assemelha à concepção liberal das relações internacionais, que tem uma inspiração kantiana. Porém, de fato, ao mesmo tempo em que expõe essas propostas que não são realistas, a China, assim como a Rússia, age, na prática, de modo realista. Portanto, há uma proposta apresentada formalmente, de modo institucional, e uma ação de fato baseada no realismo. Pois, não é crível que russos e chineses acreditem na possibilidade dessa nova ordem multilateral harmônica e equilibrada, no atual contexto.

A ideia de construção de um “clima” de aparente harmonia social está presente na concepção de hegemonia gramsciana (GRAMSCI, 2000), que pressupõe uma combinação de direção e dominação, da construção de consenso concomitantemente com o uso da força (pelo grupo dirigente/dominante/hegemônico) de modo que a realização dos interesses

¹¹ Joint Statement of the Russian Federation and the People’s Republic of China on the International Relations Entering a New Era and the Global Sustainable Development, 4 de fevereiro de 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/5770>. Acesso em: 11/03/22

materiais, das ideias e do poder político do grupo social hegemônico se naturalizem e sejam aceitos de uma maneira que pareça a mais “harmônica” possível. Mesmo numa sociedade polarizada, onde uma minoria dirige e domina a esfera econômica e as superestruturas de dentro e de fora do aparelho estatal. Mas, “clima” de harmonia não é uma harmonia real. Ademais, onde e quando este “clima” de harmonia falha, a coerção se faz presente.

A visão de uma “sociedade harmônica” está presente na filosofia política confucionista e no atual discurso oficial chinês para a vida interna do país e também em termos internacionais, desde o mandato do presidente Hu Jintao (2003-2013).

Então, é preciso discutir por que o pensamento de Confúcio está sendo resgatado pelo partido-estado chinês. Desde os tempos considerados de servidão escravista na China, ele foi o filósofo político que procurou conceber uma maneira de uma elite bem minoritária na direção do estado e numa sociedade altamente polarizada e desigual ter aceitação social.

Por isso, acabou sendo aceito pelas elites dominantes chinesas desde então, exceto no período chamado “maoísta” (entre 1949 e 1976), quando o filósofo foi muito combatido por ser considerado reacionário. Sendo, inclusive, citado como referência negativa na luta interna do PCCh (YANG, 1976, TCHEH, 1976¹²). Entretanto, voltou a ser resgatado recentemente, após as reformas de mercado.

Antes disso, em 1940, Mao Tsé-Tung tratou da questão, no seu clássico texto de orientação estratégica intitulado “A Nova Democracia”. Nele, o principal dirigente da revolução popular chinesa faz um breve estudo sobre a história cultural chinesa. Após fazer uma crítica à influência cultural imperialista, ele define as concepções de Confúcio como “semifeudais” e “reacionárias”, concluindo que seu culto deve ser combatido sem hesitação, para que se possa construir na China uma nova cultura revolucionária:

Há também uma cultura semifeudal na China, que reflete a política e a economia semifeudais do país. Aqueles que pregam o culto de Confúcio, o estudo dos clássicos antigos, a prática das velhas regras de propriedade e das velhas ideias, e o combate à nova cultura e às novas ideias, são os representantes deste tipo de cultura. A cultura imperialista e a semifeudal são amigas íntimas. Elas formaram uma aliança das culturas reacionárias para combater a nova cultura, serviram aos interesses dos imperialistas e da

¹² Capítulos do livro “A crítica contra Lin Piao e Confúcio”, publicado originalmente pela editora estatal chinesa “Edições de Pequim”, em 1975.

classe feudal, e por isso devem ser eliminadas sem hesitação (MAO, 1940, n.p.)¹³.

Assim, é preciso encontrar uma explicação, a partir de uma discussão rigorosa, do que motivou a retomada de seu ideário, como referência oficial, depois das reformas que provocaram uma profunda desigualdade e polarização em termos de exploração de classe. Portanto, não é correto aceitar passivamente uma convergência entre o marxismo e o confucionismo. Tampouco aceitar passivamente a ideia de uma sociedade nacional harmônica onde existam grandes desigualdades sociais, nem uma harmonia global numa ordem mundial imperialista. Sendo necessário, portanto, como perspectiva de investigação teórica e política, um estudo crítico da filosofia de Confúcio sob a ótica do marxismo.

QUAL ORDEM MUNDIAL?

A atual “Ordem Mundial”, que está em mudança, é a da quebra da soberania e independência nacional dos países dependentes. É a velha ordem da OMC (Organização Mundial do Comércio). A China vem propondo uma Nova Ordem, de uma comunidade internacional de futuro compartilhado, enfatizando que “that humanity is a community with a shared future where all people rise and fall together, and that all countries need [...] rise to challenges and build a bright future through cooperation”. (XI, 2022, n.p.)

Entretanto, como vimos, parte do respeito e da defesa explícita das regras de livre comércio da OMC, consideradas com um “papel central” no comércio internacional. Regras que podem ser vantajosas para os países que têm força econômica e política, como a China. Mas, não para os países da periferia e do chamado “Sul Global”. Essas regras significam uma quebra da soberania nacional dos países dependentes, que têm sido um dos principais objetivos da globalização neoliberal do Consenso de Washington. Então, isso não pode ser esquecido.

A hipótese que temos trabalhado (ALMEIDA, 2015) é de que está em curso uma bipolarização entre potências imperialistas. Processo que se desenvolve especialmente entre o pico da crise mundial de 2008, o golpe na Ucrânia e a tentativa de golpe na Síria, seguida da

¹³ Como o texto que utilizamos, acessado no site marxist.org, não tem a data de publicação online, utilizamos aqui o ano de sua primeira publicação na China.

intervenção militar da Rússia em ambos os países em 2014 e dos pacotes de acordos bilaterais entre a China e a Rússia em setembro e novembro do mesmo ano¹⁴. Foram acordos que já continham o essencial do conteúdo da última declaração conjunta sino-russa acima citada, e que formalizaram uma aliança que já tinha uma perspectiva duradoura (FACON, 2018).

A tendência de bipolarização também já estava presente em algumas medidas tomadas por Barack Obama no final de seu governo (ALMEIDA, 2015) e, depois, de modo mais claro, com a chamada “*trade war*” iniciada por Donald Trump e, na sequência, continuada de maneira ainda mais enfática, por Joe Biden.

Isso ocorre porque surgiu uma potência e uma aliança estratégica que passaram a questionar a unipolaridade do imperialismo hegemônico dos EUA. Mas, imperialismo unipolar não significa a existência de um único país imperialista no mundo, coisa que nunca aconteceu.

Quando se fala em “imperialismo”, o senso comum (inclusive em parte do meio acadêmico) pensa principalmente em agressão militar. Mas, após a segunda guerra mundial, alguns países imperialistas no mundo deixaram de ser agressivos militarmente, sem deixar de ser imperialistas, como o Japão.

Ademais, se considerarmos o conceito de imperialismo como está em Lenin (2008), na sua base histórica e teórica, e atualizações, a agressão militar não é o elemento chave para o seu conceito de “imperialismo” moderno, ou seja, do capitalismo em sua fase monopolista. Para o revolucionário marxista russo, o imperialismo é, antes de tudo, uma fase de monopolização da economia capitalista, onde há uma “fusão” entre capital industrial e o bancário, o desenvolvimento do capital financeiro vinculado dialeticamente à produção e dela dominante, mas também dependente de bons resultados das empresas financiadas.

É um processo de monopolização que provoca, estruturalmente, uma expansão econômica extranacional, não somente na forma de trocas comerciais desiguais, de tipo neocolonial, como especialmente a exportação de capitais, na forma de investimentos diretos e financiamentos. Tudo isso, devidamente respaldado pelos respectivos estados para

¹⁴ Rússia e China assinam acordos de aliança energética e econômica
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/11/russia-e-china-assinam-acordos-de-alianca-energetica-e-economica.html>

garantir a sustentação política, material, diplomática e, se necessário, militar, para construir as áreas de influência empresariais e estatais.

Não por acaso, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), já tinha a compreensão de que o imperialismo é uma relação de dependência que não pressupõe, obrigatoriamente, uma agressão militar. Vejamos:

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. (MARINI, 2011, p 143).

A possibilidade de países imperialistas estimularem o crescimento econômico de outros países, inclusive de sua industrialização e montagem de uma infraestrutura, é parte de sua natureza de exportador de capitais. Só é “colaboração” e “cooperação” no discurso ideológico ou em ações secundárias, de *soft power*, para abrir espaço e/ou facilitar a penetração de seus interesses estratégicos.

A China não é a primeira a fazer isso. Vamos olhar, por exemplo, a história do Brasil, em seus 50 anos após a década de 1930. Houve um grande crescimento nacional-desenvolvimentista praticamente permanente, durante 50 anos, com a presença de capitais imperialistas em associação subordinada e complementar de capitais nacionais, privados e estatais. E foi o país que mais cresceu naquele período.

Há situações em que a China pode eventualmente não estar tendo lucro imediato na relação com algum país da periferia. Isso pode acontecer, por causa de interesses geopolíticos estratégicos, de médio e longo prazos. Assim, uma potência pode ter “perdas” momentaneamente, porque há um interesse mais abrangente que o imediato. Portanto, não deixa de ser um investimento na expectativa de saldo positivo, inclusive econômico, adiante.

Mas isso não é a regra geral. A regra geral, no conjunto dos países da América Latina, não é o que possa ser chamado de “cooperação”, sem o interesse de vantagens econômicas imediatas e estratégicas da China.

Portanto, seguindo a argumentação e base teórica anterior, não é necessário que uma potência tenha forças militares ultramarinas para ser considerada imperialista. Mas, a China já tem esse tipo de força militar, mesmo sendo inferior à dos EUA. Ocupou várias ilhas de recifes no Mar do Sul da China, que eram disputadas diplomaticamente por outros países,

inclusive pelo Vietnã, Filipinas e Malásia (FAKHOURY, 2019). Ocupação feita por uma força militar muito superior aos vizinhos e que lá construiu uma grande base militar.

A China tem também uma base militar no Djibuti, país na ponta do “Chifre da África”, na entrada do Mar Vermelho, que é uma posição estratégica para dar suporte militar à *Belt and Road Initiative (BRI)* ou “Nova Rota da Seda”.

Em 2022, a RPC assinou um acordo de segurança com o governo das Ilhas Salomão, que ficam no Pacífico da Oceania, a 1.600 km da Austrália. O acordo, chamado pelos chineses de “cooperação de segurança”, não parece transparente, o que acaba deixando dúvidas se há intenção de implantar uma base militar (o que é negado pelas partes). Mas, ao que parece, implicará pelo menos em alguma presença policial e militar chinesa, além da exportação de armas e equipamentos de segurança (XINHUA, 2022).

Segundo Montenegro (2017), partir de 1981, quando saiu de um lugar de oposição à criação de operações de paz para o de apoio, até chegar, a partir de 2013, ao envio de tropas de combate, a China vem tendo uma crescente participação em missões de paz, tendo anunciado a formação de uma tropa permanente de 8 mil membros com este objetivo. Chegando, em 2016, a ter 3072 chineses atuando diretamente nos locais, principalmente na África.

Desde 1989, quando começou a participar com tropas, a China esteve presente em 30 missões militares chamadas de paz, enviando 35.000 chineses, para 21 situações de conflito (MONTENEGRO, 2021).

Existem muitos fatores que podem influenciar as decisões do estado chinês nesta questão. Porém, podemos considerar forte a hipótese de que essa presença, principalmente na África, se amplia na medida em que avança sua expansão econômica e seus interesses extraterritoriais, materiais, diplomáticos e geopolíticos, além de ser um espaço de treinamento de campo de seus militares. A RPC tem também organizações de segurança, formalmente privadas, que apoiam suas ações econômicas, que estão presentes em inúmeros países, especialmente nos caminhos da BRI. São organizações de empresas privadas chinesas. Porém, não é imaginável que essas empresas não sejam controladas e dirigidas pelo estado chinês e seus aparatos de segurança.

A potência asiática vem montando uma potente força naval e construindo seu terceiro porta-aviões. Não tem tido uma ação militar ofensiva imediata, mas não tem precisado, pois isso não tem sido necessário, ao menos por enquanto, para sua estratégia de expansão.

A RPC chega nos países oferecendo negócios ou mesmo a convite. Ela não precisa pressionar por reformas neoliberais nesses país, porque elas já foram e continuam sendo feitas. E essas reformas e as regras existentes são, como regra geral, favoráveis à sua penetração.

Assim, não precisa promover “mudanças de regime” nem usar da força militar para provocar mudanças de modelos econômicos, nem mudar as relações sociais e econômicas dos países. Não precisa mudar os modelos de acumulação que existem nos países porque eles são favoráveis à sua penetração econômica, tanto no comércio como para a exportação de capitais e a montagem de infraestruturas a serviço de seus interesses. Mas age, como destacou Marini (2011), reproduzindo relações que renovam a dependência.

Mas, seria possível imaginar a utopia de uma “sociedade harmônica”? Marx defendia a luta por uma espécie de sociedade que poderíamos chamar, aproximadamente, de “harmônica”: o “Reino da Liberdade”. Esse foi o objetivo maior de toda a vida e produção teórica marxiana. Porém, isso só seria possível numa sociedade sem classes, sem propriedade privada dos meios de produção, sem o instrumento de dominação de classe através da força, que é o estado, e com o fim das opressões. Ou seja, a sociedade comunista (MARX, 1998). Além do mais, isso não seria possível de ser construído num só país, mas em temos globais.

Sob a ótica marxista, não é possível, portanto, haver harmonia social real numa sociedade polarizada, profundamente desigual e baseada na exploração econômica da grande maioria, como é a sociedade chinesa.

Portanto, o discurso da harmonia na China atual se assemelha mais a um recurso de convencimento e construção de hegemonia (GRAMSCI, 2000), ou seja, uma narrativa para o seu povo aceitar harmonicamente uma sociedade com um alto grau de exploração econômica e grande desigualdade social, como a que lá existe.

Do ponto de vista internacional, o discurso da harmonia fica ainda mais complicado. Porque, em termos globais, não encontramos potências estatais atuais que aceitem essa situação de harmonia. Hoje, o projeto da comunidade de “futuro compartilhado” só seria

possível se fosse um destino comum capitalista. Mas, isso também não é possível em tempos de profunda crise estrutural do capitalismo e polarizações interestatais. E, mesmo se viesse atender aos interesses das classes e elites dominantes, continuaria sem atender aos interesses históricos dos que vivem do trabalho e dos povos oprimidos dos países dependentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge; BRITO, Fabiano. A ANATEL entre a política e o mercado na implantação da 5G no Brasil. *In: ANAIS DO 9º COMPOLÍTICA - CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA - GT 11 - Políticas e Governança da Comunicação, 2021, evento online. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1d4O51YDSUkcRFnHZmQluRjgotbKHJA7D/view> Acesso em: 06/02/2022.*

ALMEIDA, Jorge; RIBEIRO, Andrea. As relações da China com a Argentina e o Brasil e seus impactos sobre o MERCOSUL. *In: ANAIS DO 8º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI) - Área Temática Economia Política Internacional, 2021. Evento online. Disponível em: https://www.encontro2021.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=32 Acesso em: 05/02/2022*

ALMEIDA, Jorge. Uma nova fase do imperialismo? *In: ANAIS DO VIII COLÓQUIO MARX E ENGELS, 2015, UNICAMP Campinas. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/index.php?texto=gt4&menu=on Acesso em: 04/02/2022.*

ANDRADE, Eliziário. **Nova ofensiva do capital sobre o trabalho**. Salvador: Editora UCSal, 2000.

BALANCO, Paulo. Crise geral e crise financeira no capitalismo contemporâneo. *In: SOUZA, Renildo e BARROSO, Aloísio (org.), A Grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Graboys, 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BANDEIRA, Muniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BORON, Atílio. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. *In: BORON, Atílio (org.). Nova Hegemonia Mundial*. São Paulo: CLACSO, 2005.

CHESNAIS, François. La crise économique mondiale sans fin, l'interprétation et les conséquences. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, 2018; (Ed. especial), 11-28. Disponível em: <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revistafitos/article/view/578>. Acesso em: 13/11/2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo. In: NÓVOA, Jorge (org.). **Incontornável Marx**. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2007.

DRUCK, Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FACON, Isabelle. No longer enemies but are they really friends? **Le Monde Diplomatique**, London, August, 2018.

FAKHOURY, Renato. As disputas marítimas no Mar do Sul da China: antecedentes e ações militares no século XXI. **Observatório de Conflitos Internacionais**, Série Conflitos internacionais, Marília, vol. 6, n. 1, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-1-fev.-2019---mar-do-sul-da-china.pdf> Acesso em: 27/03/2022.

FRANKOPAN, Peter. **The Silk Roads: a new history os the world**. London/Oxford/New York/New Delhi/Sydney: Bloomsbury, 2015.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: **Cadernos do Cárcere**. vol. 4. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

MAJEROWICZ, Esther. A china e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 73-102, dez. 2020.

MAO, Tse-Tung. **A Nova Democracia na China**, 1940. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>. Acesso em: 14/05/2022.

MARIÁTEGUI, José. **7 Ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-ômega, 2004.

MARINI, Ruy. Dialética da Dependência e Sobre a Dialética da Dependência. In: **Ruy Mauro Marini, Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: ALMEIDA, Jorge; CANCELLI, Vitoria, (orgs.). **150 anos de Manifesto Comunista**. São Paulo: Xamã, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MININ, Dmitry. The Strategic Alliance Being Overlooked between Russia and China. In: Strategic Culture Foundation, 29.05.2014. Disponível em: <http://www.strategic-culture.org/news/2014/05/29/strategic-alliance-being-overlooked-between-russia-china.html> . Acesso em: 17 de maio de 2022.

MONTENEGRO, Renan. China in UN Peacekeeping Operations: A 30-Year Assessment (1990-2019). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 43(2) May/Aug 2021.

MONTENEGRO, Renan. O que explica a participação da China em operações de paz? In: ANAIS 9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, ORGANIZADO PELA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP). 2017, Montevideo, Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/archivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BULFVSZVZlitzOjQ6IjE2NjYiO3oiO3M6MT0iaCl7czozMjoIMGU4YTliNGNiZjY5M2M4ODhkNjQ1ZjQyYjA5NWRjZjMiO30%3D> Acesso em: 17/04/2022.

OSORIO, Jaime. América Latina en la valorización mundial del capital. Rio de Janeiro. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. p. 36 a 52. 41 / junho-setembro 2015.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012. cap. 2. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: A Teoria Marxista da Dependência Revisitada. **Revista Direito e Práxis**, [s. l.], v. 7, n. 13, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21820> . Acesso em: 15 mar. 2019.

RAMOS, Abelardo. **História da Nação Latino-americana**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SANTOS, Andreia. **Desigualdade de renda, pobreza e políticas públicas sociais: comparações entre Brasil e China (2000-2020)**, 2021. 223 p. Tese. (Doutorado). Salvador, Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA.

SOUZA, Renildo; ALMEIDA, Jorge. Revolução chinesa, 72: o papel indispensável de Mao. São Paulo, **Outras Palavras**, 1º/10/2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/revolucao-chinesa-72-o-papel-indispensavel-de-mao/> Acesso em 17/03/2022.

SOUZA, Renildo; BARROSO, Aloísio. A maior crise em 70 anos. In: SOUZA, Renildo; BARROSO, Aloísio (org.). **A Grande crise capitalista global 2007-2013: gênese, conexões e tendências**. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Graboys, 2013.

SOUZA, Renildo. **Estado e Capital na China**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TANG, Siao-wen. A teoria do “meio termo” de Confúcio: uma teoria que se opõe à transformação da sociedade. In: YANG, Jong-kuo (org.) **A crítica contra Lin Piao e Confúcio**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

XI, Jinping. Build a community of shared destiny for common progress. **China Daily**, Jul 18, 2014. Disponível em: <https://govt.chinadaily.com.cn/a/201407/18/WS5c061bb6498eefb3fe46e0f8.html> Acesso em: 22 de maio de 2022.

XI, Jinping. **Xi Jinping Delivers a Keynote Speech at the Opening Ceremony of the Boao Forum for Asia Annual Conference 2022**. Disponível em: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202204/t20220421_10671083.html. Acesso em: 30/04/2022.

XINHUA. **Cooperação em segurança China-Ilhas Salomão beneficia interesses comuns, diz porta-voz**. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0429/c309806-10091071.html>. Acesso em: 30/04/22.

YANG, Jong-kuo. Confúcio: ideólogo encarniado defensor do sistema escravagista. In: (org.) **A crítica contra Lin Piao e Confúcio**. Lisboa, Moraes Editores, 1976.

Dados do autor

Jorge Almeida

Professor Associado IV do Departamento de Ciência Política, do PPG (Programa de Pós-Graduação) em Ciências Sociais e do PPG em Ciência Política da FFCH-UFBA. Tem doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) e pós-doutorado em Relações Internacionais como Visiting Scholar na SOAS (School of Oriental and African Studies) da University of London, onde fez pesquisa sobre a emergência atual da China. Coordenador do Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia. E-mail: jorgealm@uol.com.br.